

Prezado Corretor,

A Travelers Seguros Brasil S.A. vem, através dessa carta, reafirmar seu comprometimento com a legislação aplicável em seu relacionamento com o mercado, principalmente, no desempenho de suas atividades com segurados, beneficiários e corretores.

Assim sendo, contamos com a contínua colaboração no atendimento das normas vigentes, que são integrantes das práticas de governança regulatória.

Prevenção ao crime de Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo:

Lei nº 9.613/1998 e Circular SUSEP 445/2012

A Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, em atendimento às disposições de Lei nº 9.613/1998, publicou uma série de normativos com intuito de reforçar os controles internos, coibir e combater a prática do crime de Lavagem de Dinheiro. Em se tratando do crime de Lavagem de Dinheiro, todas as sociedades corretoras e os corretores de seguros, estão sujeitos às obrigações previstas na Circular Susep nº 445/2012.

Portanto, reiteramos que sejam observados cuidadosamente os dispositivos da Circular 445/2012 durante o processo de negociação e contratação de seguros, destacando a necessidade do correto preenchimento e fornecimento das informações cadastrais dos segurados, quando do preenchimento das propostas de novas contratações de seguro, renovações, endossos, regulações de sinistros e entre outras situações que requeiram tal tipo de identificação.

Conforme descreve a Circular Susep nº 445/2012, as informações que devem obrigatoriamente constar em todas as propostas de seguros são:

- a) – Razão Social;
- b) – Nº de CNPJ;
- c) – Endereço Completo;
- d) – Número de Telefone;
- e) – Nomes dos controladores até o nível de pessoas físicas e identificação de Pessoa Politicamente Exposta – PPE¹;
- f) – Informações acerca da situação patrimonial e financeira.

Prevenção ao crime de Corrupção & Suborno:

Lei 12.846/2013

Com início de vigência em 29 de janeiro de 2014, a Lei Federal 12.846/2013, conhecida como “Lei Anticorrupção”, estabeleceu a responsabilidade objetiva da pessoa jurídica (nas esferas administrativa e civil) pela prática de atos de seus representantes ou terceiros no âmbito da administração pública nacional ou estrangeira.

Em resumo, a “Lei de Anticorrupção” surgiu com intuito de punir empresas envolvidas em atos ilícitos contra o poder público. Portanto, Travelers Seguros Brasil S.A., informa que não tolera quaisquer práticas de corrupção, suborno e conflito de interesses em seus negócios e

¹ PPE = Pessoa Politicamente Exposta: Agentes públicos que desempenham ou tenham desempenhado, nos 5 (cinco) anos anteriores, no Brasil ou em países, territórios e dependências estrangeiras, cargos, empregos ou funções públicas relevantes, assim como seus representantes, familiares e outras pessoas de seu relacionamento próximo.

operações e reafirma o seu alto comprometimento com ética através da assídua conformidade com as disposições da lei.

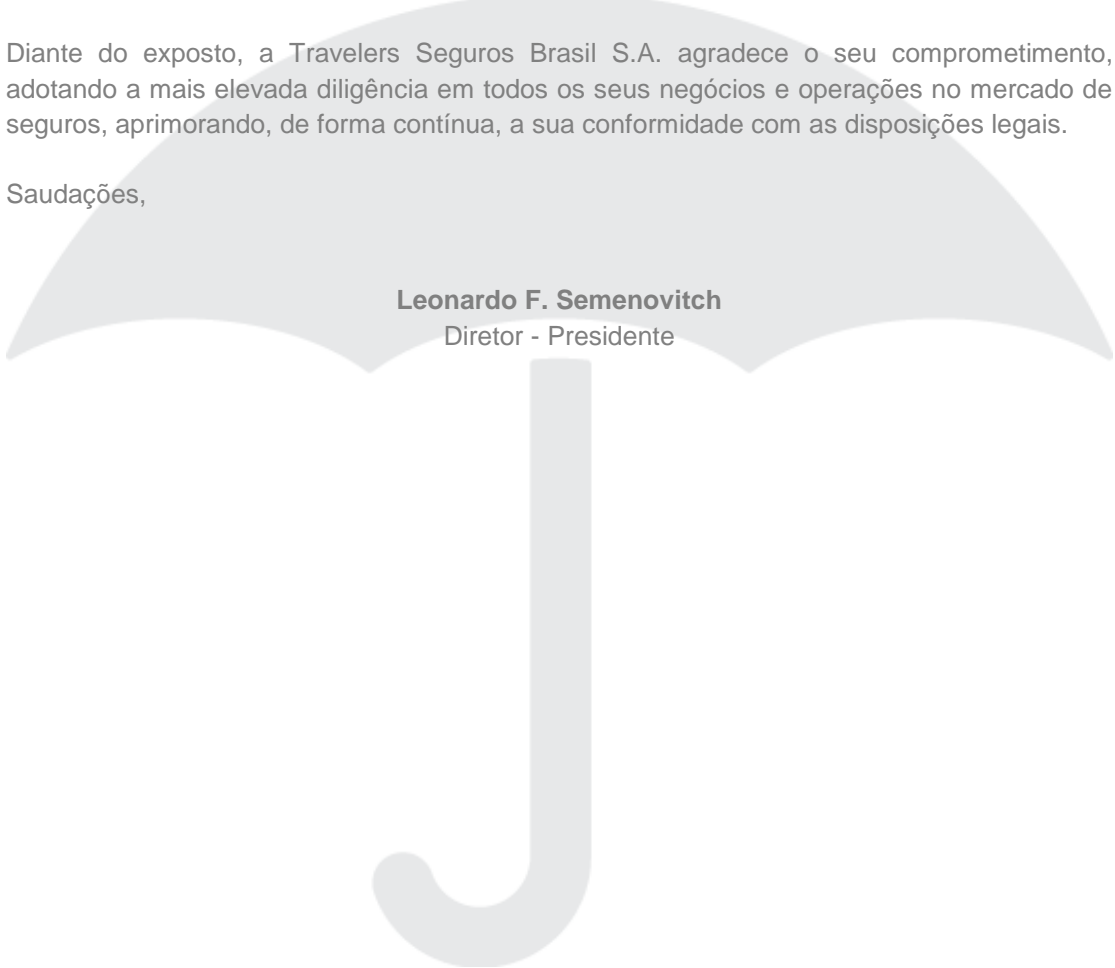
Prevenção ao crime de Fraude:

Circular SUSEP 344/2007

A Circular Susep nº 344/2007, dispõe sobre Controles Internos na Prevenção à Fraude. A Travelers Seguros Brasil S.A. possui procedimentos específicos para mitigar situações que possam ser caracterizadas como indícios de fraudes, bem como controles internos para colaborar com os órgãos de repressão no combate ao crime de fraude.

Diante do exposto, a Travelers Seguros Brasil S.A. agradece o seu comprometimento, adotando a mais elevada diligência em todos os seus negócios e operações no mercado de seguros, aprimorando, de forma contínua, a sua conformidade com as disposições legais.

Saudações,



Leonardo F. Semenovitch
Diretor - Presidente

¹ PPE = Pessoa Politicamente Exposta: Agentes públicos que desempenham ou tenham desempenhado, nos 5 (cinco) anos anteriores, no Brasil ou em países, territórios e dependências estrangeiras, cargos, empregos ou funções públicas relevantes, assim como seus representantes, familiares e outras pessoas de seu relacionamento próximo.